



MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Sessão de 26 de setembro de 2014)

Moção

Em defesa da escola pública e pelo acesso à educação

A escola pública de qualidade e gratuita é o modelo mais avançado e moderno, mais justo, mais livre e fraterno de organização do sistema educativo.

É um fator necessário e imprescindível do desenvolvimento, político, económico, social e cultural e é um pilar da nossa democracia e soberania.

Incube ao Estado, no respeito pelos direitos constitucionais, garantir a todos os portugueses, segundo as suas capacidades, o acesso a graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, e estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino.

A opção de desresponsabilização do Estado – concretizada através de cortes brutais no investimento público – tem tido impacto significativo na degradação da qualidade pedagógica, na desvalorização curricular e na fragilização da formação, na desvalorização sócio-laboral da profissão de docente e no recurso ilegal à precariedade na contratação dos professores, funcionários, técnicos, no favorecimento da escola privada e do “negócio” da educação.

Contribuído para uma taxa de abandono precoce da escola de 27%, 3500000 portugueses não têm diploma ou apenas concluíram o ensino básico e 1500000 portugueses entre os 25 e os 44 anos não concluíram o ensino secundário.

De forma particularmente grave e num curto espaço de tempo, foram implementadas diversas medidas com forte impacto na desvalorização da escola pública:

- Fim da gestão democrática das escolas;
- Criação de 170 novos mega-agrupamentos escolares depois de em 2010 terem sido criados 74;
- Aumento do número de alunos por turma;
- Reorganização curricular e despedimento de milhares de professores;

- Discriminação e segregação de milhares de alunos com necessidades educativas especiais;
- Degradação da ação social escolar;
- Despedimento de mais de 25000 professores;
- Primado dos exames nacionais, desvalorizando a avaliação continua como um método mais justo de avaliação dos alunos;
- Transferência de responsabilidades para as autarquias, criando situações de desigualdade objetiva;
- Encerramento de 6500 escolas desde 2002;
- Cortes no financiamento do ensino básico e secundário de 1330 milhões de euros e de 330 milhões no ensino superior.

A todas estas medidas acresce o facto de o início do ano letivo 2014/15 ter começado com milhares de professores por colocar, dúvidas quanto aos critérios utilizados na colocação de muitos, milhares de assistentes técnicos em falta nas escolas, escolas de acolhimento sem condições para albergar os alunos transferidos das escolas que encerraram e autarquias sem meios para garantir os transportes escolares e alimentação às crianças.

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida a 26 de setembro de 2014 reafirma a condenação destas políticas levadas a cabo pelo atual governo e defende a necessidade da adoção de políticas que contribuam para:

- Um real investimento numa escola pública e de qualidade com gratuitidade de todo o ensino público como prioridade estratégica;
- Fim do financiamento público das escolas privadas;
- Aprovação de novos modelos de avaliação dos estudantes, assentes em princípios de avaliação continua;
- Estabelecimento de um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior, através do reforço da ação social escolar e abolição dos *numerus clausus*;
- Abolição das propinas;
- Aposta na investigação científica;
- Valorização da carreira docente (fim das provas de avaliação de conhecimentos para os docentes).

Os Eleitos da CDU

Enviar a :

Sr. Presidente da República;

Sr. Primeiro-ministro;

Sr. Ministro da Educação;

Grupos Parlamentares com assento na A.R;

Agrupamentos de Escolas de Alcácer e do Torrão;

Comunicação social local e regional.

Esta Moção foi aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2014.